

A esclerose das formulações econômicas

Saulo Krichanã
Rodrigues (*)

Nas últimas semanas, alguns presidenciais divulgaram as diretrizes gerais da programação econômica que pretendem implementar, caso sejam alçados à posição a que aspiram.



Os velhos temas de sempre — como o apoio às pequenas e médias empresas, o controle do setor público e a descentralização econômica — foram fatalmente alinhados. Afinal, estas preocupações vêm ornando o discurso econômico nacional desde os anos 50: o que pressupõe, a julgar pelo atrofamento do setor privado, pelo descontrole do setor público e pela concentração econômica inequívoca, que a superação desses problemas varia na razão inversa das programações a eles dirigidas.

Mas a repetição monótona desses temas sugere uma discussão que sempre excita aqueles que abordam tais assuntos: a ingrata distância que parece existir entre as formulações e as intenções macro e as possibilidades de realização dessas diretrizes, a nível microeconômico.

Uma explicação plausível pode ser oferecida pela própria ênfase adotada pelo planejamento financeiro das atividades/setores que tem contribuído com a maior parcela do esforço de crescimento do País.

Note-se que não se está querendo analisar o mérito de escolha ou os "critérios" que acabaram por privilegiar ou diferenciar estes mesmos setores/atividades dos demais. Mas, tão-somente, ressaltar um traço marcante do planejamento governamental, traduzido na atuação dos seus principais instrumentos financeiros.

Os órgãos de financiamento — notadamente os que operam com o dito crédito dirigido — têm alocado seus recursos, primordialmente, nas etapas intermediárias e finais do ciclo produtivo. Ou seja, para a formação de capital físico (obras, equipamentos e instalações), para reforço ou ampliação de capital de movimento (em operações de giro ou de saneamento financeiro), para comercialização da produção, exportação ou importação, etc.

Parcela muito diminuta de recursos é alocada nas etapas que antecedem — assim como condicionam — todo o posterior desenrolar do ciclo produtivo. Ou seja, ninguém, "banca",

suficientemente, o desenvolvimento e a escolha de alternativas tecnológicas, o desenvolvimento organizacional, o treinamento e a assistência técnica e gerencial, etc.

"Mas", diria alguém, "existem programas do setor público e privado que prevêem estas realizações. E, além do mais, essa discussão, além de não ser inédita, é soberbamente conhecida e desgastante."

Ocorre que boa parcela da difusão entre os objetivos macro e micro do planejamento deriva exatamente da desconsideração de "quanto" essa discussão é importante.

E por demais injusto e equivocado imaginar ser possível alterar o perfil da distribuição da renda, o grau de concentração espacial das atividades, a composição funcional do capital ou a própria estrutura setorial, se a incidência dos financiamentos "dirigidos" se dá após ser engendrado e completado o ciclo de produção.

A busca compulsiva de maiores níveis de produção, de incrementos nos estoques de capital, ou nas massas de faturamento e impostos — afinal os grandes critérios e parâmetros das análises de custo-benefício privado e social — na verdade ajuda a mascarar a conformação de um perfil econômico que

determina os grandes fluxos de produção, circulação e distribuição do produto e dos ganhos de uma economia.

Apenas a nível secundário, ou como objetivo derivado e reflexo, as grandes linhas de financiamento buscam o aumento de produtividade, a superação tecnológica, a competitividade de custos/preço e qualidade.

Assim, não deixa de ser curioso o fato de que, após ser engendrado um ciclo produtivo peculiar — que prefere o capital ao trabalho, que se organiza de forma oligopolica, que adota tecnologia em vez de absorvê-la ou de disseminá-la —, venham as políticas macro procurar alterar tão profundas relações.

Como é possível pensar em distribuir rendas — após as rendas serem geradas — se, no extremo oposto, os organismos de financiamento custeiam a aquisição de uma máquina que, em função do seu padrão tecnológico, embute as relações técnicas que definirão a divisão entre trabalho mecânico e trabalho manual? Ou entre trabalho especializado ou não especializado? Ou sobre a margem de contribuição e de ganhos desses fatores no ciclo produtivo?

E inócuo imaginar-se gerar mais empregos ou des-

centralizar as atividades econômicas, se as escolhas tecnológicas, as decisões organizacionais, enfim, as decisões que antecedem e condicionam o ciclo produtivo já determinaram, em si mesmas, a divisão de trabalho possível entre os diversos agentes econômicos.

Ha que se resgatar, pelo menos, a coerência das formulações macro frente a estes imperativos de natureza microeconômica.

E aí abandonar a hipocrisia programática e optar de vez entre insistir num modelo concentrador, de economia terminal, e se investir nas etapas que antecedem o ciclo produtivo. Em outros setores e atividades — como é óbvio. Mas que, efetivamente possuam reflexo efetivo sobre a divisão de trabalho que determina o perfil pessoal/setorial e ate espacial da produção e da renda gerada em qualquer ciclo produtivo.

Esse é um hiato, de natureza técnica e de profundas implicações políticas, que os presidentes e presidenciais desses últimos trinta anos não têm demonstrado sinais de encarar ou de assumir, corajosamente.

(*) Professor e chefe do Departamento de Economia Aplicada da FMU.